

Objetivos e Explicações Prévias: A disciplina pretende oferecer uma perspectiva de abordagem interdisciplinar do Direito na análise de políticas públicas, pensada principalmente em relação à economia, mas não só. Pretende-se apresentar uma série de leituras sobre abordagens interdisciplinares no Direito, com foco na análise jurídica no âmbito de políticas públicas.

A interdisciplinaridade costuma ser um termo de uso genérico, que engloba variados graus de integração entre disciplinas: consiste na união de componentes distintos de duas ou mais disciplinas, mas não se limita a considerar duas abordagens de modo paralelo (Nissani, 1995); mais do que isso, consiste na construção de um objeto e um método comum para orientar a produção de conhecimentos que não poderiam ser gerados a partir das duas disciplinas separadamente (Kirat & Serverin, 2000:18).

Políticas públicas constituem um tema intrinsecamente interdisciplinar e que envolve – necessariamente – processos jurídicos (Bucci). São formuladas no interior do aparato estatal, no qual os agentes devem seguir normas de Direito Constitucional e Administrativo que, de algum modo, definem e delimitam os fins a serem buscados, os instrumentos disponíveis e as normas a serem seguidas. Sua implementação mobiliza um conjunto de normas – leis e regulamentos de diversos níveis hierárquicos – que estabelecem os caminhos e os processos pelos quais cada política será implementada. São normas que estabelecem relações jurídicas - direitos e poderes, e seus respectivos correlatos, definindo não apenas os interesses a serem juridicamente protegidos como também a forma pela qual tais interesses serão protegidos (i.e., a forma de atribuição de direitos).

Assim, a implementação de uma política pode ser vista como um processo de implementação de leis/normas; nele intervêm uma série de agentes – públicos ou privados, destinatários finais ou intermediários das políticas – que, ao colocarem em prática as previsões legais, acabam sendo operadores de um processo decisivo para os resultados reais alcançados na implementação da lei.

O curso pretende estimular reflexões sobre o papel do Direito nas políticas públicas. Espera-se que, ao final, os alunos se achem aptos a desenvolver uma abordagem que integre elementos jurídicos na análise de políticas públicas (tanto na avaliação de impactos quanto na análise de seus processos de implementação).

A avaliação será realizada, principalmente, ao longo do curso: os alunos deverão elaborar um projeto de artigo sobre os aspectos jurídicos de uma política (a escolher, de acordo com a área de interesse de cada um), a partir de metodologia discutida ao longo da disciplina.

PROGRAMA

1. *Introdução:* O desafio da abordagem interdisciplinar em Direito. As diferentes perspectivas teóricas.
2. A perspectiva jurídica – Políticas como parte do direito administrativo. Crítica à visão tradicional dos administrativistas
3. *Direito e Políticas Públicas* – o papel do Direito nas Políticas.
4. *Os diversos níveis de eficácia da lei.*
5. *Como pensar uma análise jurídica de Política Pública.*

BIBLIOGRAFIA (a complementar)

ARAÚJO, Taiana (tese PPED)

BROWN, Pedro (tese PPED)

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas - Reflexões Sobre o Conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, cap. 4.

CALABRESI. G. & MELAMED, D. (1972). Property Rules, Liability Rules and Inalienability: one view of the cathedral. In

Harvard Law Review, 85(6):1089-1128.

COMMONS. J. (1924). Legal Foundations of Capitalism. Macmillan Co.

COUTINHO, Diogo. O direito nas políticas públicas, in Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (eds.)

'Política Pública como Campo Disciplinar', São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

COUTINHO, Diogo. Direito, Desigualdade e Desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2013, caps. 4.

MELLO, M.T.L. (2006). Direito e Economia – perspectivas da interdisciplinaridade. Texto preparado para seminário "*O Ensino da Análise Econômica do Direito*" promovido pelo CEDEO (Centro de Estudos de Direito, Economia e Organizações), na série "*Diálogos FEA-SFrancisco*"/USP. São Paulo, 08/06/2006

MELLO, M.T.L. (2014). O Direito, a Pesquisa Empírica e a Economia. In Porto, A.M. & Sampaio, P.P., orgs., Direito e Economia em Dois Mundos, 1 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 145-156.

PARGENDLER, Mariana e Salama, Bruno. Direito e Consequência no Brasil: Em Busca de um Discurso sobre o Método, Revista de Direito Administrativo, v. 262, p. 95-144 (2013).